



1 **ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO DA**
2 **UNIFESP – CAMPUS OSASCO REALIZADA EM 05.09.2014**

3 Ao quinto dia do mês de setembro do ano de dois mil e quatorze, às 10h17min, na sala 2 da
4 instituição, localizada no primeiro pavimento do prédio situado à rua Angélica, número 100, Jardim
5 das Flores, município de Osasco, realizou-se Reunião Ordinária da Congregação EPPEN, *campus*
6 Osasco da UNIFESP. Participaram: o Diretor Acadêmico, Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto, que
7 presidiu a sessão; a Vice-Diretora Acadêmica, Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari; o Diretor
8 Administrativo, Sr. Tarcísio Martins Mendonça; os coordenadores de curso de graduação: Profa.
9 Dra. Cristina Soreanu Pecequilo, de Relações Internacionais, a Profa. Dra. Márcia de Carvalho
10 Azevedo, de Administração, Profa. Dra. Nena Gersa Cei, de Ciências Contábeis, Prof. Dr. Ricardo
11 Hirata Ikeda, de Ciências Atuariais; o coordenador do Mestrado Profissional, Prof. Dr. Ricardo Luiz
12 Pereira Bueno; os representantes docentes: Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos, Prof. Dr. Júlio
13 Cesar Zorzenon Costa, Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet e Prof. Dr. Salvador Andres
14 Schavelzon; os representantes dos técnicos-administrativos, Sra. Crysthian Grayce Raviani, Sra.
15 Emilia Tiemi Shinkawa e o Sr. Andreas Leber; e os representantes discentes Erike Patino Cardoso
16 e Vinícius dos Santos Pereira Reis. Compareceram, ainda, o Prof. Dr. Bolivar Godinho de Oliveira
17 e a contadora, Sra. Juliana Mateusa Meria, como representantes da Comissão de Orçamento
18 Institucional. Justificaram ausência: Profa. Dra. Regiane Nitsch Bressan, representante do NAE,
19 que participava de uma banca no INPE e a Profa. Dra. Luciana Massaro Onusic, que estava na
20 cidade de Fortaleza, representando a Pró-Reitoria de Planejamento no Forplad. O Prof. Murilo
21 iniciou sua fala cumprimentando os presentes e informando que, devido à pauta extensa, tentaria
22 conduzir a sessão de forma a cumprir o tempo previamente estabelecido. Assim, começou o
23 **EXPEDIENTE** dando os **Informes da Diretoria Acadêmica**: **(i) Exposição de Fotografias e**
24 **Desenhos** - Divulgou a data de 16/setembro para inauguração da exposição dos trabalhos
25 fotográficos e de artes plásticas apresentados na Semana Cultural do ano anterior e que ficara
26 pendente. Acrescentou que as imagens ficariam expostas no segundo pavimento por tempo
27 indeterminado; **(ii) Expansão do Estacionamento** - Anunciou que as tratativas com a FITO
28 tinham chegado a um termo e o estacionamento seria aberto para utilização pela comunidade
29 UNIFESP, resolvendo, assim, o problema de saturação de vagas na área própria; **(iii) CONSU** -
30 Compartilhou a nomeação da Profa. Dra. Isabel Cristina Kowal Olm Cunha como presidente da
31 comissão eleitoral responsável pelos trabalhos que conduziria à sucessão na direção da EPPEN.
32 Acrescentou que já havia enviado os nomes dos membros do *campus* Osasco indicados pela
33 Congregação para fazerem parte dessa comissão e ratificou que a agenda da eleição passara para os
34 cuidados da referida comissão. Então, o presidente convidou a vice-diretora para tratar do informe
35 seguinte: **(iv) Recepção aos Novos Docentes** - Com a palavra, a Profa. Claudia Tessari reportou
36 que a acolhida tinha durado toda a manhã e parte da tarde do dia 25 de agosto. Informou que, após
37 apresentações das várias áreas e setores da EPPEN, serviços e o funcionamento administrativo em
38 geral, a recepção tinha culminado com uma longa explanação da Secretaria Acadêmica, cuja estreita
39 relação com a atividade docente demandava maiores detalhes. Destacou o encerramento da
40 programação com a visita ao terreno de Quitaúna; a vice-diretora, ainda, deu conta do próximo
41 informe: **(v) Reunião do Conselho de Administração** - Relatou que na sessão da quarta-feira
42 anterior pontos importantes tinham sido tratados no CA: **(v.a) Alteração na estruturação dos**
43 **Centros de Custos** – Assinalou a necessidade de ajustes para adequação à expansão e suas novas
44 configurações; **(v.b) Divulgação da minuta da regulamentação para o uso das receitas**



45 **arrecadadas via GRU** - Ela explicou que o tema voltaria a ser debatido no CA, pois os
46 conselheiros pediram mais tempo para poderem levar o assunto aos seus *campi*. Destacou a
47 preocupação geral com a destinação dessas receitas próprias e divulgou a ideia aventada naquela
48 reunião da criação de um fundo institucional, que seria gerido conjuntamente, visando a melhor
49 distribuição dos recursos não utilizados. Citou como exemplos a existência de aproximadamente 2
50 milhões de reais acumulados cuja procedência era desconhecida pela Reitoria e também a hipótese
51 de vincular os gastos dos valores arrecadados às próprias receitas, tal como vincular os gastos dos
52 valores arrecadados com os alugueis dos restaurantes universitários com uso nos próprios
53 restaurantes. Salientou que a discussão ainda estava em fases iniciais mais já havendo consenso
54 sobre a necessidade de regulamentação e criação de um fundo coletivo. Nesse momento, às
55 10h30min o Prof. Dr. Eduardo Machado se junta ao grupo. Retomando a palavra, o presidente
56 esclareceu que, a despeito da relevância do último assunto, o tema fora incluído nos informes, pois,
57 a reunião do CA havia acontecido depois da pauta ter sido divulgada. Frisou que o assunto merecia
58 uma discussão mais aprofundada, bem como era passível de deliberação em data que antecedesse a
59 reunião seguinte daquele conselho. Dessa forma, o presidente propôs o agendamento de uma
60 reunião entre a diretoria acadêmica, a Profa. Luciana Onusic, representante da direção no Conselho
61 de Administração, a Sra. Lílian Farkas Sodré, representante dos TAEs no mesmo conselho, e todos
62 os demais interessados. Consultando os presentes, ficou determinado que essa reunião seria
63 agendada afim de estabelecer uma posição do *campus* Osasco, mesmo que inicial e carente de
64 amadurecimento, a ser apresentada ao Conselho de Administração; ainda com a palavra, o Prof.
65 Murilo prosseguiu com os informes tratando da: **(vi) Comissão de Bancas** - Ele explicou que, em
66 reunião que antecederia a Congregação daquele dia, a comissão de bancas havia solicitado que fosse
67 apresentada aos membros do colegiado as informações iniciais sobre a vaga de professor titular de
68 forma a definir os critérios de seleção e as atribuições desse profissional dentro do *campus*. Ele
69 mencionou que uma proposta levantada era a de preenchimento dessa vaga com alguém de
70 formação plural, mas, esclareceu que a discussão não tinha avançado. O professor, então, solicitou
71 que os cursos debatessem internamente para que o assunto pudesse voltar mais consistente para
72 apreciação da Congregação. Encerrados seus anúncios, o presidente concedeu a palavra ao diretor
73 administrativo que tratou dos **Informes da Diretoria Administrativa: (i) Reforma dos Telhados**
74 - O Sr. Tarcísio lamentou o atraso, informando que a empresa contratada iniciaria os trabalhos na
75 segunda-feira seguinte, que o prazo para realização era de 60 dias e que a maior parte do serviço
76 seria executada nos finais de semana; **(ii) Impressoras** - Comunicou a assinatura do contrato com
77 a empresa fornecedora dos equipamentos, a qual já se encontrava no *campus* procedendo as
78 instalações. Ele chamou a atenção para o uso consciente das impressoras, destacando que o novo
79 contrato era baseado no preço por cópia, sendo R\$ 0,03/pb e R\$ 0,30/cor. O Prof. Murilo passou a
80 palavra ao Prof. Zorzenon que iniciou os **Informes da Câmara de Extensão** anunciando os
81 resultados da eleição de docentes que comporiam a Câmara de Extensão, realizada entre os dias 11
82 e 22 de agosto. Informou que, além dos docentes eleitos, Profa. Dra. Gabriela de Brèlaz, Prof. Dr.
83 Fábio Luis e Profa. Dra. Laura Calixto, fariam parte do órgão: ele próprio, presidindo os trabalhos;
84 um representante de cada curso/eixo, sendo o Prof. Dr. Antônio Cordeiro Filho, de Ciências
85 Atuariais; a Profa. Dra. Cintia Möller Araújo, de Administração; a Profa. Dra. Heloísa Candia
86 Hollnagel, de Ciências Contábeis; a Profa. Dra. Liége Mariel Petroni, do Eixo Comum e o Prof. Dr.
87 Rodrigo Medina Zagni, de Relações Internacionais; duas representantes dos TAEs, Sra. Elisângela
88 Bardi da Fonseca e Sra. Rosângela da Silva, duas representantes discentes: Bruna Gil, de Relações
89 Internacionais e Juliana Kawamoto, de Ciências Econômicas e, ainda, a Sra. Maria Amélia



90 Jundurian Corá, representante da Prefeitura de Osasco. Destacou que faltava apenas o representante
91 comunitário, quem a Sra. Aparecida Lopes - representante dos Movimentos Sociais da Sub-região
92 Oeste da RMSB - fazia questão de indicar na presença de alguém do *campus* Osasco. O professor
93 justificou a dificuldade de comparecimento a essa nomeação, visto que as reuniões do setor
94 ocorriam uma vez por mês, sempre nas tardes de domingo. Declarou que a Câmara de Extensão
95 seria devidamente instalada e iniciaria seu funcionamento regular em 16 de setembro vindouro,
96 ocasião em que contariam com a presença da Pró-Reitora de Extensão, Profa. Dra. Florianita
97 Coelho Braga Campos. Assinalou que a pauta da primeira reunião previa o estabelecimento do
98 calendário e a ocupação do *campus* Quitaúna com atividades de extensão, de modo a garantir a
99 presença da UNIFESP para além do gradil. Nesse momento, o Prof. Fábio Alexandre dos Santos
100 chegou e juntou-se ao grupo e o Prof. Eduardo pediu esclarecimentos sobre a eleição dos membros
101 da Câmara de Extensão. Retomando a palavra, o Prof. Júlio explicou que foram 3 (três) candidatos
102 e que na cédula de votação o eleitor podia indicar sua concordância com os nomes dos candidatos,
103 marcando SIM, ou, discordar, grafando NÃO. Cada candidato deveria, pois, receber mais votos
104 SIM do que votos NÃO. Ressaltou que foram 27 votantes e todos os candidatos receberam mais do
105 que 14 votos indicando SIM. Esclareceu que, se algum candidato tivesse obtido mais do que a
106 metade dos votos apontando NÃO, não ocuparia o cargo e a vaga permaneceria aberta. Dessa
107 forma, os 3 (três) candidatos foram devidamente eleitos, concluiu. O Prof. Eduardo agradeceu os
108 esclarecimentos e registrou que achava constrangedor aquele tipo de cédula em que os colegas
109 estavam sujeitos a receberem votos negativos. O Prof. Júlio disse entender os vetos como
110 termômetro do índice de rejeição. O Prof. Murilo observou que o comentário do Prof. Eduardo era
111 muito pertinente e serviria como aspecto a ser considerado na organização das próximas eleições. A
112 Profa. Cristina sugeriu que uma simples mudança na cédula resolveria a questão e o Prof. Júlio
113 tomou para si a responsabilidade pelo formato adotado para a eleição. O presidente, então, ressaltou
114 a importância do longo processo de construção do Regimento da Câmara de Extensão que, a partir
115 de então, estava pronta para iniciar os seus trabalhos. Encerrou o informe agradecendo ao Prof.
116 Júlio e convocou o último **Informe da Comissão para Consulta Pública sobre**
117 **Departamentalização**. O Prof. Júlio retomou a palavra para informar que, até aquele momento,
118 ocorrera apenas a troca de mensagens eletrônicas e esboços de propostas. Acrescentou que foram
119 sugeridas duas datas para realização das mesas de esclarecimentos e discutia-se, ainda, o local para
120 abrigar esses debates. Compartilhou que, até aquela manhã quando saíra de casa, eram 3 (três) as
121 propostas de datas e, havendo definição, seria imediatamente divulgada. O Prof. Murilo, então,
122 resumiu que, em breve, a Comissão apresentaria o calendário dos passos seguintes e prosseguiu
123 consultando os presentes sobre a **Aprovação de Atas: • 06/setembro/2013 - a ata foi aprovada**
124 **com a maioria dos votos a favor; e, • 04/julho/2014 – com maioria dos votos favoráveis, o**
125 **documento também foi aprovado**. O Sr. Andreas Leber e o discente Vinícius, que haviam
126 acabado de chegar, passaram a fazer parte do grupo quando o presidente deu início à **ORDEM DO**
127 **DIA**, tratando do ponto **(1) PDI** - Ele explicou que a construção do PDI 2016-2020 tinha sido
128 desencadeada a partir da reunião realizada na Reitoria na segunda-feira anterior. Destacou que o
129 responsável pelo PDI, o Pró-Reitor de Planejamento, Prof. Dr. Esper Abrão Cavalheiro, e a
130 integrante da ProPlan, Profa. Dra. Cíntia Rejane Möller de Araújo, anunciaram que o modelo previa
131 a projeção de vagas a serem oferecidas por curso, incluindo pós-graduação *Latu e Strictu Sensu*,
132 abertura de novos cursos, além de abranger variados assuntos, tais como: parcerias com a
133 comunidade, eventos, moradia, qualificação de docentes, qualificação de TAEs, instalações físicas,
134 entre muitos outros. Acrescentou que a Profa. Cíntia participaria da reunião seguinte, se possível,



135 acompanhada do Pró-Reitor, para apresentar as características do trabalho a ser realizado. Informou
136 o prazo de 15/dezembro para preenchimento do PDI que, em seguida, seria debatido no Conselho
137 de Planejamento a partir das contribuições setoriais para, então, retornar para ajustes e,
138 posteriormente passar pelo Conselho Universitário. Esclareceu que todo esse processo deveria ser
139 concluído até o segundo semestre de 2015, para estar pronto em 2016. Ele comentou a criação de
140 novos cursos, citando como exemplo o *campus* Zona Leste que abarcaria Administração Pública.
141 Disse que essa questão tinha sido indiretamente apresentada na já citada reunião da segunda-feira
142 anterior, ou seja, a criação de novos cursos poderia ser incluída no PDI, mas, teria de,
143 necessariamente, passar pelo CONSU e as outras instâncias competentes. Resumiu dizendo que, se
144 *campus* Osasco entendesse que deve abrigar o curso de Administração Pública, a negociação teria
145 de ocorrer no âmbito interno da UNIFESP. Defendeu que a melhor possibilidade de construção do
146 PDI pressupunha certo tempo, portanto, pensava em iniciar efetivamente o processo de
147 encaminhamento reunindo as pessoas mais diretamente ligadas a esse tema. Frisou que a Profa.
148 Cíntia não poderia liderar o processo, porém, poderia orientar os trabalhos. Lembrou os nomes do
149 Prof. Dr. Flávio Tayra, que representava a Diretoria Acadêmica no Conselho de Planejamento e da
150 Sra. Lílian Bispo, representante dos TAEs, como possíveis colaboradores para as propostas de
151 construção do PDI. O professor, então, abriu as inscrições e o Prof. Júlio sugeriu que o prazo fosse
152 posterior a 31 de outubro e solicitou material informativo, pois, justificou, não conhecia o assunto e
153 necessitava de algum embasamento para poder contribuir. O presidente concordou prontamente,
154 acrescentando que a fase de amadurecimento das propostas, de fato, carecia de um prazo mínimo de
155 2 meses e confirmou que compartilharia o material recebido na reunião da segunda-feira, bem como
156 o arquivo da apresentação da Profa. Cíntia. Encerrado esse assunto, o Prof. Bolívar foi convidado a
157 apresentar o ponto seguinte **(2) COI** - Com a palavra, o professor explicou que a ProPlan havia
158 solicitado que todos os *campi* fossem informados sobre os trabalhos da Comissão de Orçamento
159 Institucional. Ele explicou que foram formados 3 grupos de trabalho, cada um responsável por
160 estudar uma proposta diferente: • **GT1: Matriz Andifes** • **GT2: Modelo 2014** e • **GT3: Novos**
161 **Modelos**. Disse fazer parte do primeiro grupo, que havia discutido a fundo a matriz ANDIFES e
162 cuja principal característica era a variação na forma de cálculo por aluno equivalente e o ponto
163 nevrálgico era o peso. Citou que o *campus* Osasco tinha peso 1, enquanto a Medicina tinha peso
164 4,5. Explicou que o ideal seria tentar identificar as razões do peso do curso de Medicina ser aquele.
165 Ele apresentou exemplos de fórmulas para cursos com mais de 10 anos e para aqueles com menos
166 de 10 anos de atividade. Reforçou que o fator principal era mesmo o peso, lembrando que
167 laboratórios não estavam incluídos e que o fator de retenção era estabelecido pelo MEC. O Prof.
168 Eduardo entrevistou para destacar que o *campus* Osasco era duplamente desfavorecido, no primeiro e
169 no segundo critério. O Prof. Bolívar apresentou os números em consideração aos 3 critérios,
170 demonstrando que a utilização da matriz Andifes não era tão ruim para a EPPEN. Destacou que a
171 missão do GT 3 era pensar em novos modelos, no entanto, o grupo não apresentara grandes
172 novidades, apenas o orçamento participativo que, em sua opinião, era muito modesto para ser
173 participado. Acrescentou que o professor do *campus* que compartilhara os resultados do GT3
174 também o faria no Congresso UNIFESP e convidou a Sra. Juliana para apresentar os resultados do
175 GT 2. Com a palavra, a contadora explicou que o modelo estudado utilizava o mesmo critério de
176 2014, que girava em torno da cesta básica. Justificou que, apesar dos 600 mil reais a menos para
177 Osasco, tinha a vantagem que cada *campus* brigaria por seu orçamento. Ela relacionou os 22 itens
178 da cesta básica e defendeu que essa proposta tinha mais força, destacando que a maioria das
179 despesas da EPPEN estavam contempladas e que a Congregação deveria discutir o que era



180 necessário incluir e o que poderia ser suprimido. Os membros pediram esclarecimentos sobre alguns
181 detalhes de cada uma das propostas e o Prof. Eduardo demonstrou preocupação com o fato de,
182 aparentemente, em qualquer situação, o *campus* Osasco receber menos verba em razão de ser
183 pequeno. Ao responder os questionamentos, a Sra. Juliana reforçou que a ideia era lutar pelas
184 próprias demandas e tentar estabelecer critérios que fossem mais interessantes para a EPPEN.
185 Explicou que o item chamado de “outros” permitia essa articulação. O Prof. Bolívar, então,
186 complementou que o grupo ao qual a Sra. Juliana fazia parte propunha que Osasco colocasse outras
187 demandas na lista, como os gastos com bancos de dados, que não faziam parte da cesta básica, mas
188 representavam um gasto para o *campus*. Com a palavra, o Prof. Ricardo Bueno lamentou que um
189 *campus* novo, funcionando em um prédio provisório recebesse orçamento menor que o indicado
190 pela matriz ANDIFES. Julgou inaceitável uma unidade trabalhar com menos orçamento que o
191 mínimo determinado. O Prof. Murilo, então, acrescentou que a matriz ANDIFES já vinha defasada
192 em relação ao número de alunos e corroborou a ideia de incrementar a cesta básica de Osasco,
193 incluindo as demandas próprias. Novamente com a palavra, o Prof. Eduardo sugeriu que as
194 despesas da Reitoria fossem rateadas proporcionalmente pelos *campi*, eliminando a linha “8%”, de
195 forma que os maiores pagassem mais e os menores menos. O Prof. Ricardo Bueno apoiou a
196 proposta do colega, porém, tanto a Sra. Juliana quanto o Prof. Bolívar ponderaram que seria
197 interessante aguardar a reunião que ocorreria na segunda-feira seguinte, uma vez que os grupos já
198 tinham concluído a primeira parte dos trabalhos e alguma alternativa seria apontada. Sugeriram
199 aguardar os resultados da reunião para terem os termos de comparação com a matriz ANDIFES. O
200 presidente, então, encerrou esse item repassando aos membros o encaminhamento daquela questão:
201 • checar os números e confirmar atualização da matriz ANDIFES e • estabelecer a cesta básica de
202 Osasco. Convidado a apresentar o ponto seguinte, o Prof. Ricardo Bueno falou sobre **(3) Câmara**
203 **de Pós-Graduação e Pesquisa** - Anunciou o órgão formado havia pouco e disse ter o propósito
204 de, naquela reunião, homologar sua composição para poder eleger, em breve, seu presidente e vice-
205 presidente. Em esclarecimento à Profa. Claudia Tessari, respondeu que ele, na presidência e a Profa.
206 Claudia Moraes, na vice-presidência, ocupavam posições *Pro Tempore* apenas para garantir o
207 funcionamento da câmara e ao Prof. Júlio, informou que o regimento passaria por todas as etapas e
208 instâncias de aprovação. Também informou ao Prof. Mauri que, além da coordenação, a secretária
209 executiva, Sra. Lílian Bispo, tinha acesso total à ferramenta dos programas de mestrado, a
210 Plataforma Sucupira. Retomando a palavra, o Prof. Murilo cumprimentou a equipe que superou
211 todos os obstáculos e que, em breve, ao concluir a formação daquele órgão, enriqueceria a estrutura
212 do *campus* Osasco e garantiria voto no Conselho de Pós-Graduação e Pesquisa. Comentou, no
213 entanto, ter estranhado as coordenações dos cursos de graduação terem assento garantido naquela
214 Câmara mesmo já estando representados através de seus programas de pós-graduação. Sugeriu,
215 pois, a não participação dos coordenadores de curso que já estivessem representados e a
216 permanência dos representantes dos pesquisadores até que a Câmara pro tempore elaborasse o
217 regimento e realizasse as eleições para sua composição efetiva. O Prof. Ricardo Bueno agradeceu as
218 sugestões e confirmou que encaminharia a possibilidade de que eleições universais fossem
219 procedidas quando o regimento estivesse definitivamente estabelecido. Também se comprometeu a
220 enviar com antecedência o regimento para apreciação dos colegas. Esclareceu que haviam chegado
221 àquela composição em consenso e baseados em situações similares que vinham ocorrendo até
222 aquele momento, citando a Câmara de Extensão como exemplo. Frisou que a ideia tinha sido a de
223 contar com a colaboração daqueles que pudessem somar forças. Com a palavra, o Prof. Eduardo
224 opinou que as coordenações de curso de graduação não deveriam ter assento garantido, pois,



225 julgava que nem sempre os programas de pós-graduação eram vinculados aos cursos, além de
226 considerar difícil essa definição por curso em um *campus* com projeto multidisciplinar. Encerrou
227 sua fala dizendo que a proposta do presidente deveria ser melhor considerada. A Profa. Cristina, por
228 sua vez, concordou com o fato dos cursos estarem representados uma vez que os programas
229 estavam sendo formados. Da mesma forma, o Prof. Ikeda corroborou a ideia de que em fase de
230 construção, quanto maior a participação melhor seria para todos. Afirmou ser favorável, naquele
231 momento, à representação de todos os cursos, portadores ou não do APCN. Destacou que a Pós-
232 Graduação fortalecia o *campus* e ter mais pessoas representadas ajudava a consolidar os programas.
233 O Prof. Salvador assinalou que, talvez, fizesse mais sentido a participação de projetos e programas
234 do que a de cursos, ao que o Prof. Ricardo respondeu que o sentido era em razão dos cursos inter-
235 unidades. O Prof. Júlio ponderou que a condição *Pro Tempore* dispensava um debate mais acirrado
236 naquele estágio. Disse que a comissão poderia avaliar se havia duplicidade e se a duplicidade
237 prejudicaria. O Prof. Marcello sugeriu que fosse aberta aos cursos a possibilidade facultativa de
238 representação e a Profa. Claudia concordou com o Prof. Júlio que a comissão *Pro Tempore*
239 elaboraria o regimento e que, então, haveria a oportunidade para a discussão mais aprofundada.
240 Destacou que, em sua opinião - em um *campus* em formação com projetos de pós-graduação já
241 encaminhados - na configuração proposta estavam: subrepresentados, os cursos de Ciências
242 Contábeis e de Relações Internacionais e, sobrerrepresentados, os cursos de Administração,
243 Ciências Atuariais e Ciências Econômicas. Acrescentou que as representações poderiam ser
244 revistas, uma vez que o regimento ainda não estava definitivamente estabelecido. Encerradas as
245 falas, o presidente encaminhou a consulta aos membros e, **por unanimidade, a proposta Pró**
246 **Tempore de composição da Câmara de Pós-Graduação e Pesquisa foi aprovada.** E, assim,
247 passou-se ao ponto seguinte: **(4) Regulamentação das Atividades Esporádicas de Docentes no**
248 **Regime de Dedicção Exclusiva** - O Prof. Murilo iniciou a discussão sobre o tema dizendo ser
249 necessário o levantamento de sugestões e, com a palavra, o Prof. Mauri revelou que vinha
250 estudando cuidadosamente a questão e tinha detectado alguns artigos na regulamentação que
251 denotavam mecanismos de repressão. Ele questionou o artigo primeiro do segundo parágrafo que
252 mencionava 120 horas como carga horária máxima para atividades esporádicas, bem como o sétimo
253 artigo do primeiro parágrafo. Julgou as regras muito rígidas e levantou alguns pontos para uma
254 discussão mais densa, tais como a origem daqueles números e a possibilidade de criação de uma
255 fundação que permitisse o angariamento de fundos de acordo com o potencial do *campus*. O Prof.
256 Ricardo Bueno, além de concordar com o colega sobre o texto embutir uma forma de policiamento,
257 acrescentou que a resolução criava confusão entre o que era recebido via o contracheque e
258 remunerações recebidas por outras vias. Disse ser imprescindível saber claramente o que era e o que
259 não era permitido. Salientou que a nova lei de regulamentação das atividades docentes criava
260 possibilidades de interação e tarefas extras que fomentassem o trânsito de profissionais com as
261 instituições privadas. A Profa. Nena concordou que o texto causava confusão. Retomando a palavra,
262 o Prof. Murilo ratificou o respeito que nutria pela opinião dos colegas e destacou que a
263 regulamentação era bem-vinda no sentido de valorizar o regime de Dedicção Exclusiva e a
264 participação docente em outros projetos, sem a qual, em sua opinião, o regime ficaria fragilizado.
265 Ponderou que a Dedicção Exclusiva priorizava a relação do servidor público com a instituição e
266 assinalou que, em sua visão, a questão mais polêmica era a fixação da carga horária permitida em
267 30 horas. Também apontou que a resolução permitia as atividades de 30 a 120 horas, desde que
268 aprovadas pela CPPD e, ainda, acima de 120 horas em situações muito específicas. Opinou que 60
269 horas seria uma boa proposta e, considerando que todos os limites eram baixos, a revisão de todos



270 os números poderia ser conveniente. Nesse momento, quando já passava do meio-dia, o Prof. Fábio
271 Alexandre e o Sr. Andreas deixaram o grupo. O Prof. Ricardo Bueno cogitou a utilização de
272 percentuais em vez de limites fixos como uma possível saída. Sugeriu 10% livres, 11-15% a
273 consultar a CPPD e 15-20% como limite. Acrescentou que na literatura sobre o tema havia
274 evidências do aumento da produtividade docente quando da interação com outras entidades. Com a
275 palavra, o Prof. Júlio relatou que estivera na reunião da CPPD que determinara a necessidade de
276 regulamentação de tais atividades e, apesar de julgar essencial, ponderou que a questão envolvia
277 outros aspectos da carreira docente. Portanto, indicou como encaminhamento o pedido de
278 ampliação do prazo para debate. A Profa. Nena e o Prof. Ikeda também deixaram o recinto, no
279 momento em que o presidente afirmou que o assunto seria pautado na reunião do CONSU a ser
280 realizada em outubro e, apesar do prazo previamente estipulado ser setembro, disse acreditar que
281 era possível ter um pouco mais de tempo. Assim, ficou entendido que, apesar da essência do
282 documento não ser objeto de discordância total, era premente uma discussão mais alongada e
283 aprofundada da questão. **A proposta de se convidar pessoas que tivessem maior conhecimento**
284 **sobre o tema para participar de rodadas de esclarecimento foi aprovada por todos** e o
285 professor iniciou o ponto seguinte: **(5) Resolução sobre promoção para a classe de Professor**
286 **Titular** - Ele iniciou sua fala dizendo que o assunto afetava diretamente todos os docentes e que o
287 CONSU formara uma comissão para organizar o debate, com a qual todos os professores poderiam
288 colaborar oferecendo sugestões, propostas e soluções. À essa altura, os coordenadores, Profa. Nena
289 e Prof. Ikeda retornaram e, com a palavra, o Prof. Ricardo Bueno comentou que a Profa. Luciana
290 Onusic teria participado da discussão que, na opinião dela, apesar de rica, demonstrava a fragilidade
291 da representatividade do *campus* Osasco. A professora teria constatado que a maioria dos membros
292 pertencia ao *campus* São Paulo, cuja posição estava em estágio mais adiantado de amadurecimento
293 em comparação com a realidade de Osasco que era pouco considerada. Retomando a palavra, o
294 presidente disse compartilhar do debate no CONSU e concordar com a minuta redigida, fazendo
295 ressalva aos Artigos 1º do Parágrafo 1 e 3º do Parágrafo 9 e Artigo 1º do Parágrafo 1, este último
296 tendo sido muito criticado na referida sessão e aquele, objeto de consideração da própria Diretoria
297 Acadêmica que julgava a minuta mais rígida que a própria lei. Assim, após as inferências de alguns
298 membros, **foram aprovadas como propostas a serem levadas ao CONSU: • a supressão do**
299 **Artigo 1º e seus incisos e a • supressão do texto grafado em azul no que se refere à CPPD.**
300 Finda essa discussão, o professor tratou do item seguinte: **(6) Termo de Cooperação Técnica**
301 **UNIFESP/Ministério Público Federal sobre ASAP/Brasil** - Ele informou que a Profa. Claudia
302 Moraes apresentava termo de cooperação entre a UNIFESP e o MPF, similar ao estabelecido
303 anteriormente com a Previc pelo Prof. Arthur Weintraub. Ele acrescentou que a cooperação se
304 daria entre uma rede internacional que promove e orienta pesquisas sobre o enfrentamento da
305 pobreza (ASAP) e o MPF. Alguns membros apresentaram questionamentos a respeito da
306 proveniência dos recursos, sobre as possíveis contrapartidas, e sobre consulta prévia à Procuradoria
307 Federal, ao que o presidente respondeu, respectivamente, dizendo que as fontes de recursos não
308 estavam determinadas, podendo ser de várias ordens, lendo o item 2.2 do texto e esclarecendo que o
309 processo tramitava de acordo com as orientações da UNIFESP que apontava aprovação do convênio
310 primeiramente na Congregação e a Procuradoria daria o parecer final. O Prof. Ikeda disse concordar
311 com o Prof. Ricardo Bueno que achava melhor o caminho inverso. O Prof. Júlio ponderou que a
312 Congregação deveria analisar aquilo que em suas palavras chamou de “*o espírito do convênio*”, isto
313 é, se a cooperação técnica seria ou não interessante para o *campus* e, posteriormente, a Procuradoria
314 apontaria a viabilidade e a aplicabilidade dos termos do documento. Ele disse achar a cooperação



315 técnica positiva, assim como o Prof. Mauri, que prontamente concordou, e a Profa. Claudia Tessari
316 que corroborou dizendo que julgava o caminho ser mesmo a aprovação da Congregação em
317 primeiro lugar, seguida do setor de convênios e, por último o parecer da Procuradoria a respeito do
318 documento a ser assinado. Terminou dizendo que tal convênio era frutífero e já contava com
319 pessoas trabalhando. A Profa. Nena, então, sugeriu que a aprovação da Congregação fosse
320 condicionada ao parecer favorável da Procuradoria. O Prof. Murilo acatou a sugestão da professora
321 e consultou os membros sobre o envio do documento. Assim, por maioria dos votos e uma única
322 abstenção, **o Convênio de Cooperação Técnica foi aprovado, ressaltando-se que não houvesse**
323 **alterações ou retificações muito substanciais por parte da Procuradoria.** O presidente
324 prosseguiu com a **ORDEM DO DIA** tratando do ponto **(7) Eleição de Delegados para o**
325 **Congresso UNIFESP** - O Prof. Murilo leu as regras e apresentou os nomes dos candidatos: os
326 discentes Erike Patino Cardoso e Vinícius dos Santos Pereira Reis e o docente Prof. Dr. Alberto
327 Handfas, que defenderia a tese “*Em defesa da universidade pública gratuita*”. Com a palavra, a
328 representante dos TAEs, Sra. Crysthian, perguntou se fora divulgado que haveria aquela eleição,
329 pois os técnicos não haviam se preparado para indicações ou escolhas. A Profa. Márcia também se
330 manifestou dizendo ter entendido que as inscrições estariam abertas até a data de 17/outubro e
331 haveria tempo para ouvir os candidatos e conhecer um pouco as teses propostas para que a escolha
332 fosse consciente. O Prof. Júlio esclareceu que fora amplamente divulgado que o regulamento do
333 Congresso estava disponível no sítio da UNIFESP e a Profa. Claudia ponderou que, apesar de
334 concordar que poderia ter sido melhor informado, o assunto vinha sendo falado desde o mês de
335 março. Lembrou que em outras reuniões daquele colegiado o tema fora abordado e esperava-se que
336 a comunicação fluísse de modo a chegar a todos os docentes e técnicos a partir da Congregação. No
337 entanto, concordou com o adiamento da eleição em razão da insegurança dos membros. Nesse
338 momento, às 13 horas, o discente Erike Patino Cardoso adentra o recinto e se junta ao grupo. Com a
339 palavra, o Prof. Murilo sugeriu encaminhar o adiamento da eleição para a reunião seguinte com o
340 critério que os candidatos se apresentassem ou se fizessem apresentar. Assim, ficou estabelecido
341 que os candidatos de todos os segmentos deveriam se inscrever com a secretária Maristela até as 17
342 horas da segunda-feira, dia 29/setembro, em tempo hábil para que os nomes e uma breve
343 justificativa fossem encaminhados junto com a primeira convocatória para todos os membros.
344 Passou-se, então, para o item seguinte: **(8) Homologação da abertura do Processo Seletivo**
345 **Simplificado para Administração/Gestão de Operações e Serviços** - Após breve explanação
346 sobre a necessidade de contratação de docente com título de mestre para substituir a Profa. Dra.
347 Miriam Oishi, durante sua licença maternidade, o processo seletivo foi aprovado por unanimidade.
348 O presidente iniciou o ponto seguinte: **(9) Proposta da Comissão de Bancas sobre a distribuição**
349 **das 4 vagas remanescentes de docentes** - O Prof. Murilo explicou que havia um pedido por
350 maior tempo para amadurecimento dos critérios para essas vagas remanescentes. Com a palavra, a
351 Profa. Cristina informou que o curso de Relações Internacionais fizera reunião sobre o tema e
352 solicitavam o debate na Comissão de Bancas para que os cursos se organizassem e apresentassem
353 planilhas para a Comissão de Bancas e, posteriormente, o assunto voltaria amadurecido para
354 apreciação da Congregação. A Profa. Claudia Tessari ponderou que a proposta era tirar o assunto da
355 pauta. Retomando a palavra, o Prof. Murilo consultou os membros sobre o compromisso dos cursos
356 elaborarem planilhas simplificadas com diagnóstico das vagas. A proposta foi aprovada por
357 unanimidade. E, assim, o presidente passou para o último item: **(10) Regulamento da Comissão**
358 **de Bancas** - O Prof. Murilo reconheceu que a hora já era um tanto adiantada para a discussão
359 minuciosa da minuta e, mesmo considerando que o documento fora encaminhado com



360 antecedência, ele sugeriu que a Congregação se debruçasse sobre o tema em outro momento. Todos
361 os membros concordaram com a sugestão e o presidente pediu licença para incluir um assunto
362 rápido que não constava da pauta. Diante da aceitação dos presentes, ele informou que a Câmara de
363 Graduação havia aprovado o nome da Profa. Dra. Daniela Vaz como representante de Osasco na
364 Coordenadoria de Avaliação da PROGRAD. Ele esclareceu que o *campus* ainda não conseguira
365 indicar os nomes para todas as coordenadorias solicitadas, no entanto, frisou a necessidade de
366 homologação dos nomes que já estavam definidos. Assim, **o nome da Profa. Dra. Daniela**
367 **Verzola Vaz como representante do *campus* Osasco na Coordenadoria de Avaliação da**
368 **PROGRAD foi aprovado por unanimidade.** Com a palavra, o Prof. Ricardo Bueno forneceu
369 **Informes EAD**: • Anunciou que o programa de Ensino à Distância realizara a primeira prova para
370 750 alunos e comemorou o alto índice de comparecimento; • Destacou que até 8 pessoas seriam
371 agregadas, com verba da FAP, ao processo administrativo. O Prof. Eduardo, por sua vez, também
372 pediu licença para os **Informes PIBIC**: • Agradeceu àqueles que participaram do Simpósio; •
373 Compartilhou o sucesso do evento que contara com trabalhos de muita profundidade e rendera
374 muitos elogios aos alunos; • Aproveitou para sugerir que fosse pensada uma ferramenta que
375 equilibrasse a participação das pessoas. Argumentou que alguns eram muito participativos e outros
376 nem tanto e, ponderou, que uma medida que restringisse o acesso às bolsas para aqueles que não
377 participassem, talvez, pudesse equalizar um pouco as coisas e incentivar a presença dos
378 orientadores quando da apresentação dos trabalhos de seus orientandos. A Profa. Cristina sugeriu
379 que as informações do Simpósio deveriam ser mais claras para que os docentes pudessem
380 acompanhar as atividades, ao que o Prof. Eduardo respondeu que todas as informações sobre
381 programação, datas e horários constavam do edital. Todos concordaram que as sugestões seriam
382 aplicáveis somente para o ano seguinte e, assim, às 13h15min o Prof. Murilo agradeceu a presença e
383 a paciência de todos e encerrou a sessão. Eu, Maristela Bencici Feldman, lavrei esta ata que vai
384 assinada por todos os presentes.

385 Osasco, 05 de setembro de 2014.

386 _____
387 Prof. Dr. Murilo Leal Pereira Neto

388 _____
389 Profa. Dra. Claudia Alessandra Tessari

390 _____
391 Sr. Tarcísio Martins Mendonça



392

393

Profa. Dra. Cristina Soreanu Pecequilo

394

395

Profa. Dra. Márcia de Carvalho Azevedo

396

397

Profa. Dra. Nena Gerusa Cei

398

399

Prof. Dr. Ricardo Hirata Ikeda

400

401

Prof. Dr. Ricardo Luiz Pereira Bueno

402

403

Prof. Dr. Fábio Alexandre dos Santos

404

405

Prof. Dr. Júlio Cesar Zorzenon Costa

406

407

Prof. Dr. Luis Hernan Contreras Pinochet

408

409

Prof. Dr. Salvador Andres Schavelzon



410

411

Sr. Andreas Leber

412

413

Sra. Crysthian Grayce Raviani

414

415

Sra. Emilia Tiemi Shinkawa

416

417

Erike Patino Cardoso

418

419

Vinícius dos Santos Pereira Reis

420

421

Prof. Dr. Bolivar Godinho de Oliveira

422

423

Sra. Juliana Mateusa Meira

424

425

Maristela Bencici Feldman